



REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025
(Do Sr. ANTONIO CARLOS RODRIGUES)

Requer a realização de audiência pública com representantes do Executivo Estadual e Municipal do Estado de São Paulo para debate das PECs nº 27/2023 e nº 231/2019.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, inciso II, da Constituição Federal e dos arts. 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a **realização de audiência pública com representantes do Executivo Estadual e Municipal do Estado de São Paulo para debate das PECs nº 27/2023 e nº 231/2019.**

Participantes sugeridos:

- Executivo Estadual:
 - Secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (ou representante técnico).
- Poderes e Controle:
 - Representante do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).
- Município (representação municipal):
 - Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM) ou representante designado.
 - Presidente/representante da Associação dos Municípios do Estado de São Paulo (ANAMSP).
 - Prefeito(a) do Município de São Paulo (capital) ou representante designado.
 - Prefeitos(as) ou secretários(as) municipais de Fazenda/Planejamento de municípios-piloto representativos (sugestão: Campinas, Santos, Sorocaba, Ribeirão Preto, Bauru) — um representante por município.
 - Presidentes/coordenadores de consórcios intermunicipais paulistas relevantes (ex.: Consórcio Grande ABC, CONCEN, CIVAP, entre outros).
- Academia e especialistas:
 - Pesquisadores em finanças públicas e desenvolvimento regional (IPEA, FGV, USP, UNICAMP ou outros).
- Executivo Federal (convidado técnico):





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Antonio Carlos Rodrigues - PL/SP

- Representante técnico do Ministério da Economia / Secretaria do Tesouro Nacional (para esclarecimentos sobre impacto fiscal federal).

JUSTIFICAÇÃO

As Propostas de Emenda à Constituição nº 27/2023 e nº 231/2019 propõem alterações relevantes na distribuição de recursos federais — incluindo mudanças no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e criação de fundos constitucionais regionais — com impactos diretos nas finanças públicas estaduais e municipais.

Dada a importância das referidas propostas para o planejamento orçamentário, a prestação de serviços públicos e o desenvolvimento regional, é imprescindível colher subsídios técnicos e posicionamentos dos Executivos estadual e municipais de São Paulo antes da deliberação legislativa.

Por tudo acima exposto, solicito o apoio dos demais Deputados para a aprovação da realização dessa audiência pública.

Sala das Sessões, em de de 2025.

ANTONIO CARLOS RODRIGUES
Deputado Federal – PL/SP

